

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020): AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS. ORGANIZADO POR LUIZ FERNANDES DOURADO

Angela Salvadori¹

Luiz Fernandes Dourado, Mestre em Educação pela UFG, Doutor em Educação pela UFRJ, Pós-Doutor em Ciências Sociais pela Paris/França na École des Hautes études en Sciences Sociales, EHESS em 2010 brinda o público com esta obra composta pelo co-autores Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Alfredo M. Gomes, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, Marcos Corrêa da Silva Loureiro, Walderês Nunes Loureiro, João Ferreira de Oliveira, Regina Vinhaes Gracindo, Luiz Fernandes Dourado, Catarina de Almeida Santos, Luciene Lima de Assis Pires, Nilma Lino Gomes, Márcia Angela da S. Aguiar e Nelson Cardoso Amaral, que convidou para participar, num momento histórico em que se faz mister repensar a educação a fim de fornecer subsídios para o Plano Nacional de Educação (2011-2020). Publicado pelas Editoras UFG e Autêntica, em março de 2011, apresenta reflexões sobre os aspectos relevantes do Plano Nacional de Educação (2011-2020) em debate no Congresso Nacional.

Com 10 artigos, Luiz Fernandes Dourado trata no primeiro capítulo intitulado *Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas* de um resgate histórico dos planos de educação e suas relações com o planejamento no Brasil, principalmente o PNE 2001-2010. Dourado faz uma breve análise histórica, desde o pós-30, passando pelo Manifesto dos Pioneiros em 1932, a Constituição de 1934, as tentativas do Conselho Nacional de Educação na criação e implantação de um plano, as leis orgânicas, a Constituição de 1937 e 1946, até chegar na Constituição de 1988, sempre apresentando em contra-ponto às disputas políticas e os interesses hegemônicos que pairavam durante o período, dessa forma compreende-se o quanto a educação ora foi utilizada como bandeira dos Planos de Desenvolvimento foi estruturada, ora deixada como segundo plano, mas também devido aos históricos interesses políticos. O autor traz

¹ Doutoranda do PPGED- Mestrado e Doutorado em educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

ainda análises do documento do MEC - Ministério da Educação que apresenta a avaliação do PNE 2001-2010 em todos os segmentos educacionais.

Na sequência, Dourado apresenta uma análise sobre do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PL 8.035/2010), que estabelece as diretrizes para o PNE 2011-2020. São 20 metas e 150 estratégias de ação a partir de 10 diretrizes. E assim, discute item por item das 20 metas, se posicionando numa visão crítica sobre os aspectos que as norteiam. Conclui que entender a educação em articulação com demais políticas é fundamental para que a mesma aconteça como política de Estado e, assim, repensar a educação no Estado Brasileiro é fortalecer a sociedade civil e política, mas que para isto se faz necessário "significativos avanços da participação social" (p. 55).

O artigo seguinte, de Carlos Eduardo Moreno Sampaio, trata do *Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação*, assim como do PNE 2001-2010, principalmente no período entre 2001 a 2008, no que tange o monitoramento e a avaliação do PN, com vistas a contribuir com o PL 8.035/2010 em discussão no Congresso Nacional. Afirma que para garantir a funcionalidade do PNE é preciso considerar as "diferentes dimensões da diversidade demográfica, social e territorial do país" (p. 62), que é certamente um desafio, diante um país como o Brasil. Apresenta dados estatísticos a fim de identificar e comparar a evolução. Esse estudo estatístico, não apresentado neste artigo, permitiu as análises sistemática e criteriosa da evolução das estatísticas; da construção de indicadores educacionais; relatórios técnicos e documentos de políticas. Na visão do autor que não bastam metas contábeis, mas sim uma gestão eficiente e financiamento articulado à gestão.

A educação básica e o novo Plano Nacional de Educação é escrito pelos autores Alfredo M. Gomes, Arlene Carvalho de Assis Clímaco, Marcos Corrêa da Silva Loureiro e Walderês Nunes Loureiro apresenta a Educação Básica (EB) com vistas ao PNE 2001-2011, mas também como ela está sendo discutida para o PNE 2011-2020, no qual caracterizam a composição da Educação Básica, que e compreendida pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, onde os autores, diante tantos projetos conflitantes neste nível educacional. Segundo os autores, a CONAE (Conferência Nacional de Educação), que aconteceu em 28 de março de 2010

teve por objetivo elencar diretrizes e estratégias de ação para o novo PNE, as quais foram citadas em 9 itens, a saber: organização de um Sistema Nacional de Educação (SNE); estabelecimento de um padrão de qualidade para cada etapa e modalidade da EB; financiamento da educação pública e controle social da educação; valorização dos profissionais da educação; consolidação da gestão democrática; reconhecimento, atendimento e respeito à diversidade cultural; garantia de acesso (inclusão) por todos; manutenção de todos da escola; conscientização de que a aprendizagem escolar se constituiu em um direito de cidadania (p. 72).

O artigo *A educação superior o contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*, apresentado na obra, é de João Ferreira de Oliveira. O autor organizou suas análises a partir de seis temáticas significativas no âmbito da educação superior: expansão e democratização do acesso e da permanência; gestão e autonomia; avaliação e qualidade; currículo e formação; pós-graduação, formação, pesquisa, C&T; extensão. Quanto à pós-graduação e a pesquisa (e aqui cabem cursos de mestrado e doutorado), o autor apresenta tabelas e dados da CAPES que revelam um considerável aumento, que segundo o autor, isto aconteceu devido a maior investimento público na área e o crescimento da demanda por mestres e doutores. Outro fator propulsor deste aumento foi a implantação das diretrizes e ações previstas no Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005-2010.

Dessa forma, Oliveira traz em suas considerações finais os grandes desafios para o PNE 2011-2020, que resumidamente serão apresentados a seguir: promover expansão com qualidade da educação superior; implantação de uma efetiva política de democratização; promover o equilíbrio entre a oferta de educação superior pública e privada; garantir a expansão que atenda as necessidades regionais e nacionais de desenvolvimento social, econômico e cultural; equilíbrio regional e estadual na oferta de educação superior; ampliar a política de apoio público à titulação do corpo docente.

Educação de Jovens e Adultos e o PNE 2011-2020: avaliações e perspectivas, da autora Regina Vinhaes Gracindo, tem por objetivo discutir, dentro das propostas do PL 8.035/2010 a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Inicia suas análises apresentando historicamente como foi marcada a educação de jovens e adultos. Aponta as

desigualdades sociais e econômicas como fator fundamental para a exclusão destes jovens e adultos da escola e da sociedade, e a importância de garantir um espaço educacional apropriado para estes cidadãos. Mostra gráficos e dados que apontam a evolução do analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade e por região. Assim é possível perceber que apesar da queda de 1,8% na taxa relativa, ainda 9,7% dos 162.807.000 brasileiros, com mais de 10 anos de idade, são analfabetos.

Outra questão identificada pela autora é que dentre os 10 maiores desafios definidos pelo CNE, dois deles perpassam pela EJA: extinguir o analfabetismo, inclusive o funcional e garantir oportunidade, respeito e atenção educacional aos jovens e adultos. Dentre tantos desafios da EJA, "talvez o primeiro deles seja o de conseguir que os alunos voltem à escola" (p. 143). Trata da Educação de Jovens e Adultos como um "pagamento de dívida histórica que o Estado construiu diante da sociedade" (p. 152), e por isso acredita que sendo trabalhada esta questão educacional, os pais como um todo tem a ganhar no que se refere à elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira a taxas mínimas aceitáveis para um país desenvolvido.

No sexto artigo, Luiz Fernandes Dourado e Catarina de Almeida Santos, discutem *A Educação a Distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*. Neste artigo, os autores iniciam suas análises diante aos novos e contraditórios cenários geopolíticos e da sociedade. Apresentam a questão da globalização tomando como referência Octavio Ianni, para que possa enfatizar a questão do desenvolvimento tecnológico e a forte expansão da Educação a Distância, modalidade educacional tanto discutida nos últimos tempos, tanto na esfera política quanto de prática pedagógica.

Quando se fala em EaD, juntamente fala-se em tecnologia da informação e comunicação, e, portanto, em inclusão digital. Para que escolas públicas tenham infraestrutura condizente com as metas estabelecidas, implica, segundo os autores, em "políticas efetivas de acesso a bens culturais e de superação das desigualdades sociais, sobretudo se consideramos a natureza desigual e combinada do desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial, no qual se insere o Estado brasileiro, assim como no âmbito regional e local" (p. 159).

Sendo o investimento em tecnologias um grande desafio público, surgem as instituições particulares e seus altos investimentos, ocorrendo a privatização de uma grande parte da EaD no Brasil.

Estas são responsáveis pela expansão desta modalidade de educação nos últimos 20 anos. O artigo ainda discute como acontece na prática esta modalidade educacional, citando os pólos presenciais como sendo o apoio aos alunos inscritos nesta modalidade e apresentando críticas de que nem sempre essas instituições atendem as necessidades mínimas para garantir a qualidade educacional exigida para a EaD.

Dourado e Santos concluem apresentando os desafios da EaD no cenário atual brasileiro. Entre eles: a necessidade de políticas específicas para EaD, já que tem característica diferentes da educação, dita, tradicional e a questionável qualidade dos cursos ofertados.

A Educação tecnológica e a formação profissional no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas, Luciene Lima de Assis Pires apresenta uma análise sobre a formação do trabalhador no que tange não apenas sua qualificação profissional, mas sim, a possibilidade de uma formação humana do trabalhador, e que supera a uma formação técnica mecanicista. Analisa, através de um gráfico a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de 2002 a 2010, onde os dados mostram um expressivo crescimento, devido às políticas de incentivo destinada às redes federais de EPCT.

As críticas da autora mostram que, apesar de expressivo crescimento quantitativo no acesso à Educação Profissional, é importante observar as contradições deste movimento as quais aparecem nos próprios documentos analisados. Assim, Pires analisa meta por meta destinada à Educação Profissional, realizando importantes contrapontos entre o estabelecido e o cumprido durante os 10 anos de vigência do PNE 2001-2010. Conclui que na verdade, o que perpassa pela educação profissional não é a formação humana do trabalhador, mas sim outros interesses e exigências do setor produtivo. A opinião da autora é que se deve ir além da expansão quantitativa de vagas, cursos, instituições, e preocupar-se sim, com a formação no interior dessas instituições.

A próxima contribuição é de Nilma Lino Gomes que discute o *Plano Nacional de Educação e a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas*. Segundo a autora, é preciso analisar de que forma os coletivos sociais, que historicamente foram excluídos socialmente devido suas particularidades culturais, estão sendo atendidos na questão educacional. São analisados três temas centrais: a educação

escolar indígena, a educação especial e a educação do campo que são discutidas a partir do PL 8.035/2010. Para que a diversidade seja encarada de forma natural no próximo decênio, se faz necessária a integração de todos os setores envolvidos com a educação, tomando como principal cuidado para a não inclusão de forma transversalizada e marginal a cerca das políticas propostas.

Márcia Angela da S. Aguiar escreve n' *A formação dos profissionais da educação no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas* uma discussão sobre as políticas educacionais propostas relativas ao tema diante a PL 8.035/2010. Afirma que ao tornar a educação, a partir da década de 80, ponto central do projeto desenvolvimentista do país, juntamente com os problemas socioeducacionais da contemporaneidade, e o aumento da produção científica na área, elevou uma maior mobilização por parte dos educadores nas questões: formação inicial e continuada, carreira e condições de trabalho.

Apresenta, ainda, as discussões referentes aos movimentos dos trabalhadores em educação, conhecidos como técnico-administrativos e seus esforços para poderem participar e terem acesso a uma formação profissional. O que inicialmente acontece por via do Programa de Governo do FHC, chamado de Profucionário – Programa de formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público. A efetiva participação dos profissionais da educação nos movimentos que discutem sua própria profissionalização explícita que “a formação e a valorização profissional, (...) são faces indissociáveis da política de profissionalização” (p. 272). E ainda, precisam andar juntas diante ao que se espera de uma educação de qualidade.

No décimo e último artigo, Luiz Fernandes Dourado e Nelson Cardoso Amaral, analisam o *Financiamento e gestão da educação e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas*. Neste artigo, Dourado e Amaral discutem sobre os valores das verbas que são/ serão destinadas à educação, de acordo com o PNE 2011-2020. Asseveram que um grande passo foi dado ao se criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), em 2007, o que garantiu a aplicação de recursos em vários programas destinados aos profissionais da educação básica. E, na educação superior, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

contribuíram para a expansão da educação superior no país. Reforçam que não basta a ampliação dos recursos se não houver uma gestão da educação articulada ao financiamento.

A gestão democrática, entendida, portanto, como espaço de deliberação coletiva (estudantes, funcionários, professores, pais ou responsáveis), precisa ser assumida como base para a melhoria da qualidade da educação e aprimoramento das políticas educacionais, enquanto políticas de Estado articuladas com as diretrizes nacionais para todos os níveis e modalidades de educação/ensino (p. 303).

Concluem afirmando que com o reforço das metas a serem atingidas pelo novo PNE 2011-2020, e mais uma vez chama a sociedade para participar desta discussão, pois é por meio do PL 8.035/2010 que os próximos 10 anos na educação serão projetados.

Consubstanciados em documentos oficiais e o olhar histórico-crítico dos autores esta livro possibilita refletir sobre importantes aspectos, que, em todos eles, independente do tema central abordado eles tratam com muita clareza: é preciso que a sociedade participe desta discussão, pois discutir a educação de qualidade, tanto na esfera pública quanto privada, atinge diretamente todos os cidadãos brasileiros, estejam eles engajados ou não nesta causa.

Pensar a educação é pensar o um futuro próximo que, dependendo das decisões no PNE decênio 2011-2020, os rumos da educação serão tomados e as conseqüências, tanto os avanços quanto retrocessos serão justificados de alguma forma perante este novo documento que em breve estará guiando a educação no país pelos próximos 10 anos.

O livro apresenta, ainda na íntegra, o Projeto de Lei 8.035/2010 que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

REFERÊNCIA

DOURADO, Luiz Fernandes (org.) *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Recebido em: maio de 2011

Publicado em: julho de 2011